

## A Atuação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento no Nordeste

*Antônio Ricardo de Norões Vidal<sup>1</sup>*  
*Airton Saboya Valente Junior<sup>2</sup>*  
*João Marcos Rodrigues da Silva<sup>3</sup>*

### 1. Introdução

O Sistema Nacional de Fomento (SNF) é constituído, em cada País, pelo conjunto de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD) atuando de forma complementar em relação aos bancos privados em determinado território.

A lógica de operação de um SNF é a de intervenção pública no mercado financeiro. Isto é, sua construção e seu funcionamento parte da percepção, por parte dos agentes públicos, de que esse mercado, se deixado a ser guiado por suas livres forças, não operará de maneira eficiente.

Frequentemente, o conceito de IFD confunde-se com o de banco de desenvolvimento (BD). Isso decorre do fato de que estes invariavelmente constituem-se em IFDs. Todavia, essa categoria também abrange outras estruturas institucionais, tais como agências de fomento, agências de crédito à exportação (*exportcreditagency* - ECA) e órgãos de cooperação internacionais. Estão incluídos também instituições híbridas com características de bancos de desenvolvimento, como o financiamento de longo prazo para segmentos específicos, tal como é o caso dos bancos públicos múltiplos e as instituições gestoras de fundos de pensão ou depósitos de poupança (Além; Madeira e Martini, 2017).

De maneira geral, as IFDs costumam ter como foco empréstimos de longo prazo de maturação e atuam em conjunto com as instituições financeiras privadas. Além disso, as IFDs são consideradas instrumentos de política econômica e seu desempenho deve ser avaliado predominantemente pelos benefícios sociais e econômicos que suas operações propiciam. As IFDs, apesar de majoritariamente públicas, podem ser privadas.

Assim, uma IFD é definida como uma instituição cujo objetivo principal é financiar capital fixo e de giro para empreendimentos previstos em programas de desenvolvimento, localizados na área de atuação dessas instituições.

Entre os potenciais beneficiários dos empréstimos e financiamentos estão projetos agropecuários, industriais, comerciais, de turismo, de serviços e de infraestrutura, abrangendo os diferentes portes de empresas e tomadores dos recursos.

---

<sup>1</sup>Economista. Coordenador de Estudos e Pesquisas. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. BNB/ETENE

<sup>2</sup>Economista, Gerente Executivo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. BNB/ETENE

<sup>3</sup>Graduando em Economia, Estagiário. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. BNB/ETENE

As instituições financeiras de desenvolvimento surgiram como uma importante inovação financeira e se tornaram uma realidade em inúmeros países em meados do século XX. Desde então, desempenharam um papel fundamental não somente de suporte da reconstrução, mas, em especial, de transformação estrutural de diferentes países, inclusive desenvolvidos (Ferraz, Além e Madeira, 2013).

As denominadas “falhas de mercado”, assimetria de informação, risco e especialmente os diferentes tipos de incerteza associados com os projetos de investimento limitam ou impedem a capacidade do mercado de capital e dos bancos privados em financiar, por eles mesmos, certos projetos de investimentos. Esse é o espaço, por excelência, dos bancos de desenvolvimento, que, por meio de diferentes instrumentos, minimizam a incerteza nos projetos de investimento (Ferraz, Além e Madeira, 2013).

Nesse sentido, as IFDs desempenham diferentes funções, a exemplo do financiamento a novas atividades econômicas ou a expansão de capacidades; promoção do desenvolvimento dos mercados financeiros; contribuição para a estabilidade econômica e financeira sistêmica ao atuar de forma anticíclica. Além disso, as IFDs desempenham um papel ativo na promoção das políticas nacionais e locais de desenvolvimento além do planejamento de longo prazo.

Para que os bancos nacionais de desenvolvimento possam desempenhar sua missão na indução da transformação estrutural nas diferentes economias, as sociedades também precisam de uma infraestrutura científica e tecnológica eficaz.

No processo de desenvolvimento dos diferentes países, as IFDs têm apoiado a instalação de novas atividades e/ou a expansão de atividades econômicas existentes para as quais o sistema financeiro privado não está propenso a fornecer financiamento em condições adequadas, como são os casos da infraestrutura, inovação tecnológica, pequenas e médias empresas (PMEs), projetos econômicos ambiental e socialmente responsáveis.

Em grande medida, esses segmentos correspondem àqueles que contribuem potencialmente para o crescimento e transformação estrutural dos países, gerando externalidades positivas com retornos sociais relevantes. Ressalte-se que as prioridades dos bancos de desenvolvimento mudam ao longo do tempo de acordo com o desenvolvimento da economia real e da indústria financeira de cada país (Ferraz, Além e Madeira, 2013).

No Brasil, existem IFDs com atuação estadual, regional e federal. No presente Informe analisou-se a atuação das seguintes agências federais: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), todas com atuação nacional. Além dessas, detalhou-se o desempenho do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Banco da Amazônia (BASA), sendo que ambas atuam em suas respectivas regiões.

Além dessa introdução, o presente trabalho possui um capítulo que detalha os valores dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas mencionadas agências no período de 2002 a 2018. Assim, analisa-se a distribuição dos recursos concedidos por Regiões, por Estados e em termos *per capita*. Tem-se na sequência as considerações finais, as referências bibliográficas e um anexo, que detalha o desempenho das mencionadas IFDs.

Cabe salientar que as fontes utilizadas no presente trabalho foram os dados que cada IFD enviou para a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento até 2018, e atualmente pertencente ao Ministério da Economia. Os valores dos empréstimos e financiamentos foram corrigidos a preços de 2018.

## 2. Desempenho Recente das Instituições Financeiras de Desenvolvimento

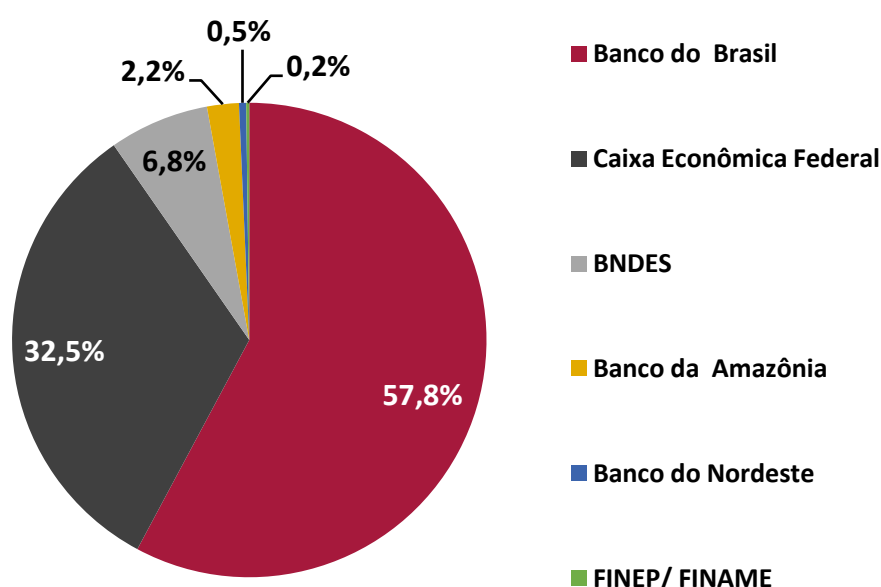
As IFDs têm exercido papel crucial na promoção do desenvolvimento do Brasil. Assim é que referidas agências investiram o expressivo montante de R\$ 25,1 trilhões para pessoas físicas de diferentes classes econômicas e sociais, além de diversos tipos e portes de empreendimentos espalhados no País, no período de 2010 a 2018.

Registre-se que as concessões obtiveram incremento expressivo no período em análise. Assim é que em 2018 somaram R\$ 5,5 bilhões, ante R\$ 1,1 bilhão em 2010, representando incremento de 375,3% em termos reais. Todos os Estados foram beneficiados com aumento dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas IFDs.

O Banco do Brasil é a principal IFD do País, tendo suas concessões somado R\$ 16,2 trilhões no período de 2010 a 2018, representando 57,8% do total dos recursos aplicados pelas agências analisadas nesse estudo. Segue, com expressiva diferença, a Caixa Econômica com R\$ 9,1 trilhões aplicados ou 32,5% das concessões.

Em conjunto, as referidas instituições responderam por 90,3% do total dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas IFDs aqui analisadas. Tem-se então o BNDES, com R\$ 1,9 trilhão (6,8% do total das concessões), FINEP/FINAME (R\$ 609,4 bilhões ou 2,2%), Banco do Nordeste (R\$ 136,1 bilhões ou 0,5%) e Banco da Amazônia (R\$ 58,6 bilhões ou 0,2%). Cabe ressaltar que BNB e BASA possuem atuações regionais, enquanto as demais agências atuam nacionalmente (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Empréstimos e financiamentos concedidos pelas principais Instituições Financeiras de Desenvolvimento brasileiras - R\$ milhões - Valor acumulado de 2010 a 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia.

Contudo, a distribuição dos mencionados recursos nas regiões brasileiras revela, a exemplo de diversos indicadores econômicos, a concentração de empréstimos e financiamentos nas regiões de maior desenvolvimento econômico. Referida tendência ocorre em termos da distribuição do Produto Interno Bruto (PIB), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) dentre outros.

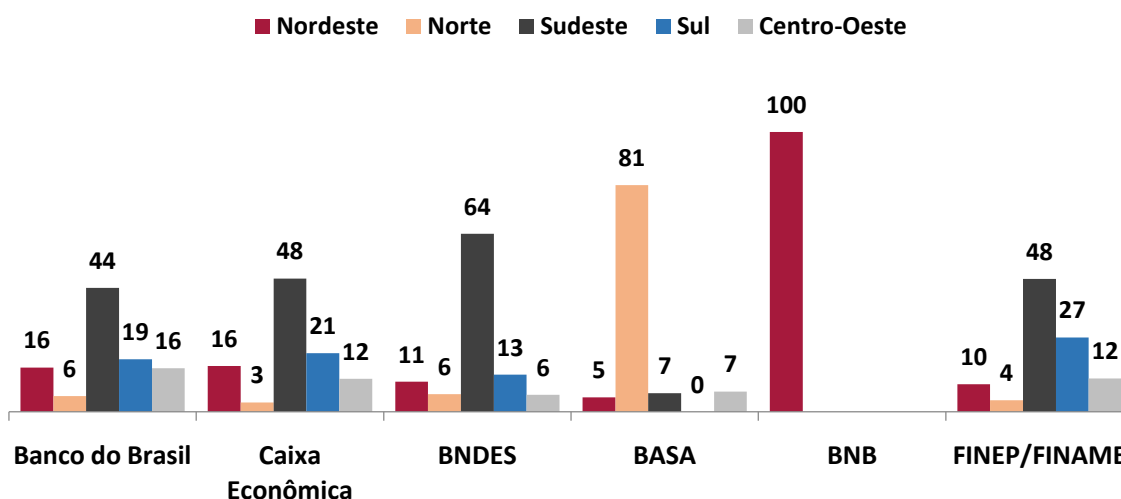
Assim, o Sudeste foi beneficiado com 46,5% do total dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas IFDs no período de 2010 a 2018. Com expressiva diferença, seguiram o Sul (19,2%), Nordeste (15,9%), Centro-Oeste (13,5%) e Norte (5,0%). A título de comparação, segue a participação do PIB das regiões em 2018: Sudeste (44,0%), Sul (18,4%), Nordeste (17,0%), Centro-Oeste (15,0%) e Norte (5,6%).

Nesse sentido, Sudeste e Sul receberam porcentagens de recursos acima da participação do PIB de suas respectivas regiões. O inverso verificou-se no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ainda a título de ilustração, seguem as participações das populações para as referidas regiões em 2018: Sudeste (42,1%), Nordeste (27,2%), Sul (14,3%), Norte (8,7%) e Centro-Oeste (7,7%), vide Gráfico 2 e Tabelas do .

Portanto, Sudeste, Sul e especialmente Centro-Oeste receberam porcentagens de recursos acima da participação de suas respectivas populações, enquanto que o inverso ocorreu no Norte e destacadamente no Nordeste. Na verdade, o maior hiato entre porcentagem de recursos concedidos pelas agências oficiais de fomento e população ocorreu no Nordeste. Registre-se que em todos os Estados dessa Região ocorreu o mencionado hiato.

Gráfico 2 - Distribuição por Região das concessões realizadas pelas principais Instituições Financeiras de Desenvolvimento brasileiras - Em % - 2010 a 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia.

Apesar de o Sudeste deter parcela considerável das concessões efetivadas, verificou-se que a participação dessa Região caiu quando se compara 2018 com 2010. Assim é que o Sudeste obteve o montante de R\$ 2,4 trilhões em 2018, ou seja, uma participação de 44,0% em relação ao total nacional. Isto implicou uma queda de 10,3 pontos percentuais em comparação a 2010, quando a Região recebeu R\$ 362,4 bilhões, mas detinha 54,3% do total das concessões efetivadas no território nacional.

Em contrapartida, o Nordeste obteve concessões mais expressivas em 2018 em comparação com 2010. Em números, o Nordeste aumentou 3,9 pontos percentuais sua participação no total das concessões atingindo 17,0% em 2018 e um montante de R\$ 931,0 bilhões. Em 2010, a participação foi de 13,1% com valores da ordem de R\$ 87,7 bilhões.

O Centro-Oeste também obteve acréscimo expressivo em sua participação nas concessões no território nacional. A Região obteve incremento de 5,8 pontos percentuais, tendo atingido 15,0% de participação em 2018, em comparação aos 9,2% em 2010. Os valores monetários também expandiram alcançaram R\$ 821,9 bilhões em 2018, ante R\$ 61,5 bilhões em 2010.

Registre-se que foi a única Região que recebeu valores monetários de concessões acima do seu PIB em 2018. Diferente do Sudeste, o Centro-Oeste obteve crescimento expressivo na captação das concessões e isto resultou no acréscimo do hiato entre as concessões e o PIB. Em 2018, a diferença foi de 5,1 pontos percentuais, com as concessões tendo ficado acima do PIB dessa Região; anteriormente, em 2010, essa diferença alcançou 0,1 ponto percentual.

No Sul, a participação das concessões aumentou para 18,4% em 2018, tendo em vista que a Região obteve R\$ 1,0 trilhão nesse ano. Em 2010, essa participação era de 17,7% com valores monetários de R\$ 118,2 bilhões. Quanto ao Norte, essa participação se manteve praticamente estável, tendo decrescido apenas 0,1 ponto percentual entre 2010 e 2018. A participação dessa Região atingiu 5,6% das concessões totais em 2018, valor semelhante ao PIB que obteve uma participação de 5,7% em relação ao total do Brasil (Tabela A2).

Quanto à esfera estadual, é possível verificar que existe uma participação relativamente similar entre as concessões totais das IFDs e o PIB dos Estados, tanto em 2010, quanto em 2018. Uma dessas exceções é o Rio de Janeiro, que no primeiro ano de análise possuía 11,6% de participação do PIB nacional, mas detinha 17,0% das concessões em relação ao total nacional. Outro Estado com uma diferença expressiva era São Paulo, cuja contribuição na produção nacional era de 33,3% e a parcela das concessões alcançou 25,5%. A diferença entre a contribuição na produção e as concessões nos outros Estados não atingiam dois pontos percentuais.

Contudo, em 2018, a diferença do Rio de Janeiro caiu para 0,6 ponto percentual com a redução da participação na obtenção das concessões, enquanto o hiato de São Paulo cresceu 9,0 pontos percentuais, tendo as concessões representado 23,1% do total nacional. O Distrito Federal também obteve crescimento no hiato, nesse caso com as concessões acima do PIB, com uma diferença de 4,0 pontos percentuais em 2018, conforme especificado na Tabela A2, no Anexo deste documento.

No ano de 2010 foi realizado o Censo Demográfico que resultou em um número pouco maior de 190 milhões de habitantes em todo o País. As concessões no mesmo ano de comparação foram da ordem de R\$ 1,1 trilhão em todo o território nacional, o que significa um valor de R\$ 5,7 mil por habitante, conforme a Tabela A2. Entre as regiões, o Sudeste se destaca com um valor por habitante de R\$ 7,3 mil, seguido pelo Centro-Oeste (R\$ 7,1 mil), Sul (R\$ 7,0 mil), Norte (R\$ 3,8 mil) e Nordeste (R\$ 2,7 mil).

A população estimada brasileira em 2018 foi de, aproximadamente, 208,5 milhões de pessoas, enquanto que as concessões e financiamentos efetivados em 2018 foram da ordem de R\$ 5,5 trilhões, tendo resultado um montante de R\$ 26,3 mil por habitante. Contudo, não existe uma distribuição homogênea entre as regiões brasileiras, sendo o Centro-Oeste a região que possui o maior valor per capita (R\$ 51,1 mil), seguido pelo Sul (R\$ 33,8 mil), Sudeste (R\$ 27,5 mil), Norte (R\$ 16,9 mil) e Nordeste (R\$ 16,4 mil), conforme a Tabela A4.

O Banco do Brasil concedeu R\$ 16,2 trilhões em empréstimos e financiamentos no período de 2010 a 2018, dos quais R\$ 7,2 trilhões para o Sudeste, representando 44,3% do total. Seguiram o Sul com R\$ 3,0 trilhões, ou seja, 18,8% das concessões dessa instituição; o Nordeste com R\$

2,6 trilhões ou 15,8%; o Centro-Oeste, com R\$ 2,5 trilhões ou 15,5%, e o Norte com R\$ 910 bilhões, ou 5,6% do total das concessões.

Registre-se ainda que São Paulo recebeu R\$ 4,0 trilhões, ou seja, 24,7% do total das concessões dessa Instituição. Tem-se na sequência: Minas Gerais (R\$ 1,6 trilhão ou 9,6%), Rio de Janeiro (R\$ 1,4 trilhão ou 8,3%), Distrito Federal (R\$ 1,2 trilhão ou 7,7%), Rio Grande do Sul (R\$ 1,1 trilhão ou 6,9%) e Paraná (R\$ 1,1 trilhão ou 6,9%), de acordo com os dados da Tabela 2. Em conjunto, referidas Unidades Federativas, seis no total, receberam 64,1% das concessões ofertadas pelo Banco do Brasil no período estudado (Tabela 1).

Notoriamente, o Distrito Federal obteve concessões acima do quantitativo da sua população local. Em números, as concessões acumuladas cedidas pelo Banco do Brasil para o Distrito Federal representaram R\$ 420 mil por habitante. São Paulo, Estado que recebeu a maior porcentagem das concessões, obteve resultado per capita de R\$ 88.073, valor próximo à média de todos os Estados (R\$ 85.704). De forma semelhante, cinco dos seis Estados citados anteriormente que receberam o maior percentual das concessões, obtiveram resultados que variaram próximo à média, são eles: Minas Gerais (R\$ 73.823), Rio de Janeiro (R\$ 78.993), Rio Grande do Sul (R\$ 99.055) e Paraná (R\$ 98.842).

Tabela 1 - Concessões do Banco do Brasil por Estado - Valor acumulado de 2010 a 2018

Banco do Brasil					
Estado	R\$ (milhões)	Participação (%)	Estado	R\$ (milhões)	Participação (%)
São Paulo	4.010.757	24,7	Espírito Santo	273.902	1,7
Minas Gerais	1.553.280	9,6	Pará	264.060	1,6
Rio de Janeiro	1.355.511	8,3	Maranhão	223.476	1,4
Distrito Federal	1.249.609	7,7	Paraíba	187.073	1,2
Rio Grande do Sul	1.122.259	6,9	Rondônia	171.853	1,1
Paraná	1.121.748	6,9	Piauí	151.883	0,9
Santa Catarina	810.786	5,0	Tocantins	142.304	0,9
Bahia	700.303	4,3	Amazonas	113.342	0,7
Goiás	522.121	3,2	Alagoas	113.251	0,7
Mato Grosso	429.581	2,6	Sergipe	99.694	0,6
Ceará	419.428	2,6	Acre	99.310	0,6
Pernambuco	389.511	2,4	Amapá	64.015	0,4
Mato Grosso do Sul	323.610	2,0	Roraima	54.976	0,3
Rio Grande do Norte	282.816	1,7	<b>Total</b>	<b>16.250.460</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia.

A Caixa Econômica Federal concedeu R\$ 9,1 trilhões em empréstimos e financiamentos, representando 32,5% das concessões oriundas das IFDs. O Sudeste recebeu R\$ 4,4 trilhões, ou seja, 47,6% dos empréstimos realizados por essa Instituição. Seguiram o Sul, com R\$ 1,9 trilhão ou 21,0% das concessões; o Nordeste, com R\$ 1,5 trilhão ou 16,3%; o Centro-Oeste, com R\$ 1,1 trilhão ou 11,8%; e o Norte, R\$ 299 bilhões, 3,3%.

São Paulo foi beneficiado com a maior cifra, R\$ 1,8 trilhão, representando 19,6% do total das concessões no período de 2010 a 2018. Seguiram Minas Gerais, com R\$ 1,5 trilhão ou 16,4% do total. Paraná foi o terceiro Estado que mais obteve recursos, com R\$ 1,0 trilhão, ou seja, 10,9% do total da Caixa. Sucederam Rio de Janeiro, que recebeu R\$ 963,0 bilhões (10,5%), Bahia com R\$ 675,8 bilhões (7,4%) e Rio Grande do Sul com R\$ 608,4 bilhões (6,7%), vide Tabela 2.

Tabela 2 - Concessões da Caixa Econômica por Estado - Valor acumulado de 2010 a 2018

Caixa Econômica Federal					
Estado	R\$ (milhões)	Participação (%)	Estado	R\$ (milhões)	Participação (%)
São Paulo	1.787.927	19,6	Mato Grosso do Sul	91.547	1,0
Minas Gerais	1.494.269	16,4	Rio Grande do Norte	91.131	1,0
Paraná	1.000.017	10,9	Alagoas	89.263	1,0
Rio de Janeiro	963.007	10,5	Paraíba	88.893	1,0
Bahia	675.763	7,4	Maranhão	85.674	0,9
Rio Grande do Sul	608.426	6,7	Sergipe	69.196	0,8
Mato Grosso	357.310	3,9	Piauí	58.904	0,6
Distrito Federal	338.169	3,7	Amazonas	57.096	0,6
Santa Catarina	307.424	3,4	Rondônia	36.220	0,4
Goiás	289.556	3,2	Tocantins	33.003	0,4
Pernambuco	167.489	1,8	Roraima	25.091	0,3
Ceará	166.399	1,8	Amapá	17.786	0,2
Pará	113.027	1,2	Acre	16.794	0,2
Espírito Santo	107.860	1,2	<b>Total</b>	<b>9.137.239</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia.

A exemplo do desempenho das instituições citadas anteriormente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedeu a maior parte dos empréstimos à Região Sudeste. De todo o montante aplicado pela instituição (R\$ 1,9 trilhão), referida Região foi beneficiada com R\$ 1,2 trilhão, o que representou 63,6% do total concedido. Tem-se então R\$ 817,2 bilhões alocados ao Rio de Janeiro, o que representou 42,7% de todo o montante do BNDES.

São Paulo recebeu R\$ 286,2 bilhões, representando 14,9% e Minas Gerais R\$ 97,0 bilhões tendo significado 5,1% do total. Na sequência, tem-se o Paraná, que captou R\$ 96,6 bilhões de empréstimos, ou seja, 5,0% do total da instituição; Rio Grande do Sul com R\$ 86,7 bilhões (4,5%) e Santa Catarina com R\$ 69,8 bilhões (3,6%), conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Concessões do BNDES por Estado - Valor acumulado de 2010 a 2018

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social					
Estado	R\$ (milhões)	Participação (%)	Estado	R\$ (milhões)	Participação (%)
Rio de Janeiro	817.150	42,7	Mato Grosso	26.795	1,4
São Paulo	286.165	14,9	Goiás	24.265	1,3
Minas Gerais	97.021	5,1	Rio Grande do Norte	19.732	1,0
Paraná	96.599	5,0	Espírito Santo	17.890	0,9
Rio Grande do Sul	86.679	4,5	Piauí	11.478	0,6
Santa Catarina	69.836	3,6	Amazonas	9.115	0,5
Pará	62.216	3,3	Paraíba	5.731	0,3
Bahia	58.093	3,0	Tocantins	5.684	0,3
Pernambuco	41.204	2,2	Alagoas	4.795	0,3
Distrito Federal	35.937	1,9	Amapá	4.349	0,2
Rondônia	35.230	1,8	Acre	3.751	0,2
Maranhão	31.681	1,7	Sergipe	3.287	0,2
Ceará	29.628	1,5	Roraima	844	0,0
Mato Grosso do Sul	29.047	1,5	<b>Total</b>	<b>1.914.200</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia.

Especificadamente em relação ao Nordeste, o BNDES alocou um total de R\$ 205,6 bilhões, representando 10,7% do total das concessões. Nessa Região, a Bahia (R\$ 58,1 bilhões) foi o Estado mais beneficiado, seguido por Pernambuco (R\$ 41,2 bilhões), Maranhão (R\$ 31,7 bilhões) e Ceará (R\$ 29,6 bilhões).

As duas agências especiais de fomento, ou seja, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) responderam por 2,2% dos empréstimos e financiamentos alocados no território nacional e provenientes das IFDs objeto do presente estudo. O Sudeste constituiu-se no maior beneficiário das concessões da FINEP/FINAME com uma participação de 47,5% do total das duas agências, que em valores monetários representou R\$ 289,6 bilhões. A segunda região beneficiada foi o Sul, que obteve 26,6% (R\$ 162,0 bilhões), vindo na sequência: Centro-Oeste com 11,9% (R\$ 72,5 bilhões), Nordeste com 9,9% (R\$ 60,2 bilhões) e Norte com 4,1% (R\$ 25,1 bilhões).

Observa-se que os empréstimos concedidos pelas principais IFDs beneficiaram sobretudo o Sudeste-Sul. Como exemplo tem-se: São Paulo que obteve 29,0% dos empréstimos concedidos por essas agências especiais gerando uma cifra de R\$ 177,0 bilhões (Tabela 4). Seguem: Paraná, com R\$ 65,5 bilhões (10,7%), Minas Gerais, com R\$ 65,2 bilhões (10,7%), Rio Grande do Sul, que obteve R\$ 56,2 bilhões, ou seja, uma parcela de 9,2%. Santa Catarina, com R\$ 40,4 bilhões (6,6%), Rio de Janeiro, com R\$ 35,4 bilhões (5,8%) e Mato Grosso, com R\$ 31,8 bilhões (5,2%), conforme especificado na Tabela 4.

Tabela 4 - Concessões da FINEP e FINAME por Estado - Valor acumulado de 2010 a 2018

FINEP/FINAME					
Estado	R\$ (milhões)	Participação (%)	Estado	R\$ (milhões)	Participação (%)
São Paulo	176.963	29,0	Tocantins	6.870	1,1
Paraná	65.465	10,7	Maranhão	6.789	1,1
Minas Gerais	65.236	10,7	Distrito Federal	4.364	0,7
Rio Grande do Sul	56.179	9,2	Amazonas	3.789	0,6
Santa Catarina	40.379	6,6	Rondônia	3.555	0,6
Rio de Janeiro	35.364	5,8	Piauí	2.838	0,5
Mato Grosso	31.747	5,2	Paraíba	2.666	0,4
Goiás	24.144	4,0	Rio Grande do Norte	2.619	0,4
Bahia	21.157	3,5	Sergipe	2.264	0,4
Mato Grosso do Sul	12.204	2,0	Alagoas	2.071	0,3
Espírito Santo	12.033	2,0	Amapá	487	0,1
Pernambuco	11.648	1,9	Acre	447	0,1
Pará	9.650	1,6	Roraima	341	0,1
Ceará	8.096	1,3	<b>Total</b>	<b>609.365</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia.

O Banco do Nordeste, com atuação regional e direcionada, emprestou R\$ 136,1 bilhões, significando 3,0% dos empréstimos efetivados pelas IFDs à Região Nordeste e 0,5% quando se considera o total de recursos alocados nacionalmente.

A Bahia obteve R\$ 38,3 bilhões representando um total de 28,1% dos financiamentos realizados pelo BNB. Seguiram o Ceará, com R\$ 24,3 bilhões e equivalendo a 17,8%; Pernambuco (R\$ 18,2 bilhões) com representatividade de 13,4%; e Maranhão (R\$ 15,1 bilhões) com parcela de 11,1%. Os quatro Estados foram beneficiados com mais de 70% das concessões



do BNB à Região Nordeste, isto é, R\$ 95,9 bilhões distribuídos entre as quatro Unidades Federativas. O Piauí, que captou R\$ 12,2 bilhões (9,0%) e Rio Grande do Norte com R\$ 9,8 bilhões (7,2%) também obtiveram expressivos financiamentos. Seguiram Paraíba (R\$ 7,9 bilhões), Sergipe (R\$ 5,6 bilhões) e Alagoas (R\$ 4,8 bilhões), conforme especificado na Tabela 5.

Tabela 5 - Concessões do Banco do Nordeste por Estado - Valor acumulado de 2010 a 2018

<b>Banco do Nordeste</b>		
<b>Estado</b>	<b>R\$ (milhões)</b>	<b>Participação (%)</b>
Bahia	38.262	28,1
Ceará	24.255	17,8
Pernambuco	18.226	13,4
Maranhão	15.112	11,1
Piauí	12.190	9,0
Rio Grande do Norte	9.754	7,2
Paraíba	7.929	5,8
Sergipe	5.641	4,1
Alagoas	4.764	3,5
<b>Total</b>	<b>136.132</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia.

O Banco da Amazônia que, à semelhança do Banco do Nordeste possui atuação estritamente regional, gerou um total de 58,9 bilhões em empréstimos e financiamentos, tendo representado 0,2% do total concedido pelas principais IFDs. Desse montante, R\$ 17,0 bilhões foram captados pelo Pará, o que representou 29,0% do total cedido pela instituição. Seguiram Rondônia, que captou R\$12,1 bilhões (20,6%); Tocantins com R\$ 7,1 bilhões (12,2%); Amazonas, R\$ 6,2 bilhões (10,7%), São Paulo, R\$ 3,9 bilhões (6,7%); e Mato Grosso, R\$ 3,7 bilhões (6,3%), vide Tabela 5. Os empréstimos atribuídos a São Paulo, Mato Grosso e Goiás foram registrados nos locais das matrizes das empresas beneficiadas, sendo posteriormente direcionado para Unidades Federativas localizadas na Região Norte.

Tabela 6 - Concessões do Banco da Amazônia por Estado - Valor acumulado de 2010 a 2018

<b>Banco da Amazônia</b>		
<b>Estado</b>	<b>R\$ (milhões)</b>	<b>Participação (%)</b>
Pará	17.014	29,0
Rondônia	12.093	20,6
Tocantins	7.143	12,2
Amazonas	6.243	10,7
São Paulo	3.907	6,7
Mato Grosso	3.670	6,3
Maranhão	2.994	5,1
Acre	2.400	4,1
Amapá	2.093	3,6
Roraima	472	0,8
Goiás	282	0,5
Distrito Federal	277	0,5
<b>Total</b>	<b>58.587</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil possui instituições financeiras de desenvolvimento com atuações estadual, regional e nacional. Referidas agências têm exercido um papel crucial na promoção do desenvolvimento do País. Assim é que as mencionadas instituições investiram um montante de R\$ 25,1 trilhões para pessoas físicas de diferentes classes econômicas e sociais além de diversos tipos e portes de empreendimentos espalhados nos municípios do território nacional no período de 2010 a 2018.

O Banco do Brasil é a principal agência de fomento do País, tendo suas concessões somado R\$ 16,2 trilhões no período de 2010 a 2018, representando 57,8% do total dos recursos aplicados pelas principais IFDs do País. Atua em variados nichos de atividade, com destaque para o crédito rural.

A Caixa Econômica Federal, um dos maiores bancos múltiplos nacionais, atua em importantes segmentos de atividades de fomento em todos os municípios do território nacional, com destaque para financiamentos habitacionais e de infraestrutura. Concedeu R\$ 9,1 trilhões de empréstimos e financiamentos de 2010 a 2018.

O BNDES tem papel fundamental na oferta de crédito de longo prazo. Destaca-se por realizar empréstimos para os setores industriais e de infraestrutura nacionalmente, tendo historicamente contribuído para o processo de industrialização do Brasil. Aplicou R\$ 1,9 trilhão no período em análise.

A FINAME é uma empresa pública brasileira, dirigida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Tem por objetivo abrir linhas de crédito às empresas privadas nacionais, localizadas em qualquer região do País, com o fim de financiar a produção e a comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional.

A Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP é uma empresa pública brasileira, sediada no Rio de Janeiro, cuja principal missão diz respeito ao fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. A empresa é vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. A FINAME, em conjunto com a FINEP, aplicaram R\$ 609 bilhões de 2010 a 2018.

O BNB e o BASA atuam em variados setores econômicos em suas respectivas regiões, beneficiando produtores rurais e empresas de diferentes portes em todos os municípios de suas respectivas regiões. O BNB emprestou R\$ 136 bilhões e o BASA R\$ 59 bilhões no período analisado.

As IFDs estudadas no presente Informe têm características diferenciadas, quanto ao prazo das aplicações. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica centram suas aplicações no curto e médio prazos. Por sua vez, o BNDES, FINEP/FINAME, BNB e BASA possuem as suas carteiras focadas no longo prazo.

## Referências

Além, A. C.; Madeira, R. F.; e Martini, R.A. Sistemas Nacionais de Fomento: Experiências Comparadas. Revista do BNDES 47, junho de 2017.

FERRAZ, J. C. ; ALEM, A. C. ; MADEIRA, R. F. . A Contribuição dos Bancos de Desenvolvimento para o Financiamento de Longo Prazo. REVISTA DO BNDES , v. 1, p. 5-42, 2013.

Ministério da Economia (2019). Sistema de Informações das Empresas Estatais. Disponível em: <https://siest.planejamento.gov.br/gerta/public/pages/acessoPublico.jsf>. Acesso em: 15 09 2019.

## ANEXO1

Tabela A1 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Principais Instituições Financeiras de Desenvolvimento - Em R\$ Milhões - Valores Acumulados de 2010 a 2018

Estado/Região/País	Banco do Brasil	Caixa Econômica	BNDES	Banco da Amazônia	Banco do Nordeste	FINEP/ FINAME	Total
Alagoas	113.251	89.263	4.795	-	4.764	2.071	214.145
Bahia	700.303	675.763	58.093	-	38.262	21.157	1.493.578
Ceará	419.428	166.399	29.628	-	24.255	8.096	647.805
Maranhão	223.476	85.674	31.681	2.994	15.112	6.789	365.725
Paraíba	187.073	88.893	5.731	-	7.929	2.666	292.291
Pernambuco	389.511	167.489	41.204	-	18.226	11.648	628.078
Piauí	151.883	58.904	11.478	-	12.190	2.838	237.294
Rio Grande do Norte	282.816	91.131	19.732	-	9.754	2.619	406.052
Sergipe	99.694	69.196	3.287	-	5.641	2.264	180.081
<b>Nordeste</b>	<b>2.567.435</b>	<b>1.492.711</b>	<b>205.630</b>	<b>2.994</b>	<b>136.132</b>	<b>60.147</b>	<b>4.465.050</b>
Acre	99.310	16.794	3.751	2.400	-	447	122.701
Amapá	64.015	17.786	4.349	2.093	-	487	88.730
Amazonas	113.342	57.096	9.115	6.243	-	3.789	189.585
Pará	264.060	113.027	62.216	17.014	-	9.650	465.967
Rondônia	171.853	36.220	35.230	12.093	-	3.555	258.951
Roraima	54.976	25.091	844	472	-	341	81.724
Tocantins	142.304	33.003	5.684	7.143	-	6.870	195.004
<b>Norte</b>	<b>909.860</b>	<b>299.017</b>	<b>121.188</b>	<b>47.457</b>	-	<b>25.140</b>	<b>1.402.662</b>
Espírito Santo	273.902	107.860	17.890	-	-	12.033	411.685
Minas Gerais	1.553.280	1.494.269	97.021	-	-	65.236	3.209.806
Rio de Janeiro	1.355.511	963.007	817.150	-	-	35.364	3.171.032
São Paulo	4.010.757	1.787.927	286.165	3.907	-	176.963	6.265.719
<b>Sudeste</b>	<b>7.193.450</b>	<b>4.353.063</b>	<b>1.218.225</b>	<b>3.907</b>	-	<b>289.597</b>	<b>13.058.242</b>
Paraná	1.121.748	1.000.017	96.599	-	-	65.465	2.283.829
Rio Grande do Sul	1.122.259	608.426	86.679	-	-	56.179	1.873.543
Santa Catarina	810.786	307.424	69.836	-	-	40.379	1.228.425
<b>Sul</b>	<b>3.054.793</b>	<b>1.915.867</b>	<b>253.114</b>	-	-	<b>162.022</b>	<b>5.385.796</b>
Distrito Federal	1.249.609	338.169	35.937	277	-	4.364	1.628.357
Goiás	522.121	289.556	24.265	282	-	24.144	860.368
Mato Grosso	429.581	357.310	26.795	3.670	-	31.747	849.102
Mato Grosso do Sul	323.610	91.547	29.047	-	-	12.204	456.408
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2.524.921</b>	<b>1.076.581</b>	<b>116.044</b>	<b>4.229</b>	-	<b>72.459</b>	<b>3.794.234</b>
<b>Brasil</b>	<b>16.250.460</b>	<b>9.137.239</b>	<b>1.914.200</b>	<b>58.587</b>	<b>136.132</b>	<b>609.365</b>	<b>28.105.984</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia.

Tabela A2 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos em 2010 e 2018 - Principais Instituições Financeiras de Desenvolvimento - R\$ Milhões a Preços Constantes

Estado/Região/País	2010		2018		Variação Real (%)
	Empréstimo/Financiamento	Part. (%)	Concessão	Part. (%)	
Alagoas	4.540	0,7	43.849	0,8	425,3
Bahia	24.043	3,6	245.761	4,5	1.471,4
Ceará	14.948	2,2	150.456	2,7	438,6
Maranhão	7.282	1,1	82.820	1,5	485,2
Paraíba	5.660	0,8	67.965	1,2	533,2
Pernambuco	15.139	2,3	142.482	2,6	370,7
Piauí	5.201	0,8	56.712	1,0	504,3
Rio Grande do Norte	6.811	1,0	101.293	1,8	660,6
Sergipe	4.051	0,6	39.673	0,7	427,4
<b>Nordeste</b>	<b>87.675</b>	<b>13,1</b>	<b>931.012</b>	<b>17,0</b>	<b>740,0</b>
Acre	2.075	0,3	31.708	0,6	688,5
Amapá	1.762	0,3	21.601	0,4	508,3
Amazonas	5.619	0,8	39.656	0,7	276,6
Pará	10.828	1,6	97.275	1,8	377,3
Rondônia	11.959	1,8	54.452	1,0	139,3
Roraima	870	0,1	18.846	0,3	1.000,7
Tocantins	4.783	0,7	44.625	0,8	394,8
<b>Norte</b>	<b>37.895</b>	<b>5,7</b>	<b>308.161</b>	<b>5,6</b>	<b>326,9</b>
Espírito Santo	10.783	1,6	87.649	1,6	330,9
Minas Gerais	67.814	10,2	529.787	9,7	321,2
Rio de Janeiro	113.655	17,0	525.559	9,6	167,9
São Paulo	170.108	25,5	1.267.164	23,1	301,4
<b>Sudeste</b>	<b>362.360</b>	<b>54,3</b>	<b>2.410.158</b>	<b>44,0</b>	<b>264,1</b>
Paraná	42.088	6,3	374.282	6,8	365,7
Rio Grande do Sul	44.508	6,7	364.685	6,7	331,6
Santa Catarina	31.567	4,7	268.101	4,9	341,5
<b>Sul</b>	<b>118.162</b>	<b>17,7</b>	<b>1.007.069</b>	<b>18,4</b>	<b>346,4</b>
Distrito Federal	21.401	3,2	417.358	7,6	879,6
Goiás	18.665	2,8	172.948	3,2	417,9
Mato Grosso	12.450	1,9	132.071	2,4	450,2
Mato Grosso do Sul	8.989	1,3	99.522	1,8	493,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>61.504</b>	<b>9,2</b>	<b>821.898</b>	<b>15,0</b>	<b>596,1</b>
<b>Brasil</b>	<b>667.597</b>	<b>100,0</b>	<b>5.478.299</b>	<b>100,0</b>	<b>375,3</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETNE, com dados do IBGE e Ministério da Economia.

Tabela A3 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos *per capita*- Principais Instituições Financeiras de Desenvolvimento - Em 2010

Estados/Região/País	Empréstimo e Financiamento	População	Empréstimo e Financiamento per Capita
	(R\$ Mil)	(Mil habitantes)	(R\$)
Alagoas	7.327.106	3.120	2.348
Bahia	38.798.761	14.017	2.768
Ceará	24.122.296	8.452	2.854
Maranhão	11.751.990	6.575	1.787
Paraíba	9.133.181	3.767	2.425
Pernambuco	24.430.838	8.796	2.777
Piauí	8.393.116	3.118	2.692
Rio Grande do Norte	10.990.678	3.168	3.469
Sergipe	6.536.895	2.068	3.161
<b>Nordeste</b>	<b>141.484.861</b>	<b>53.082</b>	<b>2.665</b>
Acre	3.347.774	734	4.564
Amapá	2.843.062	670	4.246
Amazonas	9.067.932	3.484	2.603
Pará	17.473.793	7.581	2.305
Rondônia	19.299.429	1.562	12.352
Roraima	1.403.605	450	3.116
Tocantins	7.717.990	1.383	5.579
<b>Norte</b>	<b>61.153.585</b>	<b>15.864</b>	<b>3.855</b>
Espírito Santo	17.401.204	3.515	4.951
Minas Gerais	109.433.784	19.597	5.584
Rio de Janeiro	183.410.626	15.990	11.470
São Paulo	274.510.917	41.262	6.653
<b>Sudeste</b>	<b>584.756.531</b>	<b>80.364</b>	<b>7.276</b>
Paraná	67.918.802	10.445	6.503
Rio Grande do Sul	71.824.582	10.694	6.716
Santa Catarina	50.940.779	6.248	8.153
<b>Sul</b>	<b>190.684.163</b>	<b>27.387</b>	<b>6.963</b>
Distrito Federal	34.535.934	2.570	13.437
Goiás	30.119.973	6.004	5.017
Mato Grosso	20.090.475	3.035	6.619
Mato Grosso do Sul	14.506.023	2.449	5.923
<b>Centro-Oeste</b>	<b>99.252.405</b>	<b>14.058</b>	<b>7.060</b>
<b>Brasil</b>	<b>1.077.331.546</b>	<b>190.756</b>	<b>5.648</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETNE, com dados do Ministério da Economia.

Tabela A4 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos *per capita* - Principais Instituições Financeiras de Desenvolvimento - Em 2018

Estado/Região/País	Empréstimo/Financiamento	População	Empréstimo/ Financiamento per Capita
	(R\$ mil)	(Mil habitante)	(R\$)
Alagoas	43.849.412	3.323	13.196
Bahia	245.761.061	14.813	16.591
Ceará	150.456.091	9.076	16.578
Maranhão	82.819.861	7.035	11.772
Paraíba	67.964.890	3.996	17.006
Pernambuco	142.482.466	9.496	15.004
Piauí	56.711.575	3.265	17.372
Rio Grande do Norte	101.293.204	3.479	29.116
Sergipe	39.673.055	2.278	17.413
<b>Nordeste</b>	<b>931.011.615</b>	<b>56.761</b>	<b>16.402</b>
Acre	31.707.583	869	36.476
Amapá	21.600.799	829	26.041
Amazonas	39.655.860	4.081	9.718
Pará	97.274.539	8.513	11.426
Rondônia	54.452.079	1.758	30.981
Roraima	18.845.769	577	32.686
Tocantins	44.624.774	1.555	28.693
<b>Norte</b>	<b>308.161.403</b>	<b>18.182</b>	<b>16.948</b>
Espírito Santo	87.648.532	3.972	22.064
Minas Gerais	529.786.662	21.041	25.179
Rio de Janeiro	525.559.299	17.160	30.627
São Paulo	1.267.163.947	45.539	27.826
<b>Sudeste</b>	<b>2.410.158.440</b>	<b>87.712</b>	<b>27.478</b>
Paraná	374.281.952	11.349	32.979
Rio Grande do Sul	364.685.278	11.330	32.189
Santa Catarina	268.101.468	7.075	37.892
<b>Sul</b>	<b>1.007.068.698</b>	<b>29.754</b>	<b>33.846</b>
Distrito Federal	417.357.775	2.975	140.302
Goiás	172.947.541	6.921	24.988
Mato Grosso	132.071.327	3.442	38.371
Mato Grosso do Sul	99.521.720	2.748	36.216
<b>Centro-Oeste</b>	<b>821.898.363</b>	<b>16.086</b>	<b>51.094</b>
<b>Brasil</b>	<b>5.478.298.519</b>	<b>208.495</b>	<b>26.275</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETNE, com dados do Ministério da Economia.

Tabela A5 - Produto Interno Bruto e Empréstimos e Financiamentos em 2018

Estado/Região/ País	PIB (R\$ milhões)	Empréstimo/Financiamento (R\$ milhões)	Empr. e Financ./PIB (%)
Alagoas	54.280	43.849	0,8
Bahia	280.628	245.761	0,9
Ceará	155.426	150.456	1,0
Maranhão	95.414	82.820	0,9
Paraíba	65.220	67.965	1,0
Pernambuco	187.659	142.482	0,8
Piauí	47.384	56.712	1,2
Rio Grande do Norte	68.634	101.293	1,5
Sergipe	41.673	39.673	1,0
<b>Nordeste</b>	<b>996.318</b>	<b>931.012</b>	<b>0,9</b>
Acre	15.191	31.708	2,1
Amapá	15.785	21.601	1,4
Amazonas	99.355	39.656	0,4
Pará	165.104	97.275	0,6
Rondônia	46.463	54.452	1,2
Roraima	13.096	18.846	1,4
Tocantins	36.513	44.625	1,2
<b>Norte</b>	<b>391.507</b>	<b>308.161</b>	<b>0,8</b>
Espírito Santo	122.149	87.649	0,7
Minas Gerais	602.374	529.787	0,9
Rio de Janeiro	700.504	525.559	0,8
São Paulo	2.211.142	1.267.164	0,6
<b>Sudeste</b>	<b>3.636.169</b>	<b>2.410.158</b>	<b>0,7</b>
Paraná	438.565	374.282	0,9
Rio Grande do Sul	450.020	364.685	0,8
Santa Catarina	297.280	268.101	0,9
<b>Sul</b>	<b>1.185.866</b>	<b>1.007.069</b>	<b>0,8</b>
Distrito Federal	248.849	417.358	1,7
Goiás	197.587	172.948	0,9
Mato Grosso	132.957	132.071	1,0
Mato Grosso do Sul	100.150	99.522	1,0
<b>Centro-Oeste</b>	<b>679.543</b>	<b>821.898</b>	<b>1,2</b>
<b>Brasil</b>	<b>6.889.402</b>	<b>5.478.299</b>	<b>0,8</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETNE, com dados do Ministério da Economia.



Tabela A6 - População, Empréstimos e Financiamentos Concedidos em 2010

Estado/Região/País	População		Empréstimo/ Financiamento	
	(mil habitantes)	Part. (%)	(R\$ mil)	Part. (%)
Alagoas	3.120	1,6	7.327.106	0,7
Bahia	14.017	7,3	38.798.761	3,6
Ceará	8.452	4,4	24.122.296	2,2
Maranhão	6.575	3,4	11.751.990	1,1
Paraíba	3.767	2,0	9.133.181	0,8
Pernambuco	8.796	4,6	24.430.838	2,3
Piauí	3.118	1,6	8.393.116	0,8
Rio Grande do Norte	3.168	1,7	10.990.678	1,0
Sergipe	2.068	1,1	6.536.895	0,6
<b>Nordeste</b>	<b>53.082</b>	<b>27,8</b>	<b>141.484.861</b>	<b>13,1</b>
Acre	734	0,4	3.347.774	0,3
Amapá	670	0,4	2.843.062	0,3
Amazonas	3.484	1,8	9.067.932	0,8
Pará	7.581	4,0	17.473.793	1,6
Rondônia	1.562	0,8	19.299.429	1,8
Roraima	450	0,2	1.403.605	0,1
Tocantins	1.383	0,7	7.717.990	0,7
<b>Norte</b>	<b>15.864</b>	<b>8,3</b>	<b>61.153.585</b>	<b>5,7</b>
Espírito Santo	3.515	1,8	17.401.204	1,6
Minas Gerais	19.597	10,3	109.433.784	10,2
Rio de Janeiro	15.990	8,4	183.410.626	17,0
São Paulo	41.262	21,6	274.510.917	25,5
<b>Sudeste</b>	<b>80.364</b>	<b>42,1</b>	<b>584.756.531</b>	<b>54,3</b>
Paraná	10.445	5,5	67.918.802	6,3
Rio Grande do Sul	10.694	5,6	71.824.582	6,7
Santa Catarina	6.248	3,3	50.940.779	4,7
<b>Sul</b>	<b>27.387</b>	<b>14,4</b>	<b>190.684.163</b>	<b>17,7</b>
Distrito Federal	2.570	1,3	34.535.934	3,2
Goiás	6.004	3,1	30.119.973	2,8
Mato Grosso	3.035	1,6	20.090.475	1,9
Mato Grosso do Sul	2.449	1,3	14.506.023	1,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>14.058</b>	<b>7,4</b>	<b>99.252.405</b>	<b>9,2</b>
<b>Brasil</b>	<b>190.756</b>	<b>100,0</b>	<b>1.077.331.546</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETNE, com dados do Ministério da Economia.

Tabela A7 - População e Empréstimos Concedidos em 2018

Estado/Região/País	População (mil habitante)	Part. (%)	Empréstimo (R\$ mil)	Part. (%)
Alagoas	3.323	1,6	43.849.412	0,8
Bahia	14.813	7,1	245.761.061	4,5
Ceará	9.076	4,4	150.456.091	2,7
Maranhão	7.035	3,4	82.819.861	1,5
Paraíba	3.996	1,9	67.964.890	1,2
Pernambuco	9.496	4,6	142.482.466	2,6
Piauí	3.265	1,6	56.711.575	1,0
Rio Grande do Norte	3.479	1,7	101.293.204	1,8
Sergipe	2.278	1,1	39.673.055	0,7
<b>Nordeste</b>	<b>56.761</b>	<b>27,2</b>	<b>931.011.615</b>	<b>17,0</b>
Acre	869	0,4	31.707.583	0,6
Amapá	829	0,4	21.600.799	0,4
Amazonas	4.081	2,0	39.655.860	0,7
Pará	8.513	4,1	97.274.539	1,8
Rondônia	1.758	0,8	54.452.079	1,0
Roraima	577	0,3	18.845.769	0,3
Tocantins	1.555	0,7	44.624.774	0,8
<b>Norte</b>	<b>18.182</b>	<b>8,7</b>	<b>308.161.403</b>	<b>5,6</b>
Espírito Santo	3.972	1,9	87.648.532	1,6
Minas Gerais	21.041	10,1	529.786.662	9,7
Rio de Janeiro	17.160	8,2	525.559.299	9,6
São Paulo	45.539	21,8	1.267.163.947	23,1
<b>Sudeste</b>	<b>87.712</b>	<b>42,1</b>	<b>2.410.158.440</b>	<b>44,0</b>
Paraná	11.349	5,4	374.281.952	6,8
Rio Grande do Sul	11.330	5,4	364.685.278	6,7
Santa Catarina	7.075	3,4	268.101.468	4,9
<b>Sul</b>	<b>29.754</b>	<b>14,3</b>	<b>1.007.068.698</b>	<b>18,4</b>
Distrito Federal	2.975	1,4	417.357.775	7,6
Goiás	6.921	3,3	172.947.541	3,2
Mato Grosso	3.442	1,7	132.071.327	2,4
Mato Grosso do Sul	2.748	1,3	99.521.720	1,8
<b>Centro-Oeste</b>	<b>16.086</b>	<b>7,7</b>	<b>821.898.363</b>	<b>15,0</b>
<b>Brasil</b>	<b>208.495</b>	<b>100,0</b>	<b>5.478.298.519</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETNE, com dados do Ministério da Economia.